



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº
(ao PL 1006/2022)

O art. 6º do Projeto de Lei nº 1.006, de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º. A recepção, o **armazenamento** e a distribuição de dados espaciais sobre infraestruturas críticas e áreas sensíveis para a segurança nacional com emprego de infraestruturas espaciais no território nacional são passíveis de controle pelo Ministério da Defesa, na forma de regulamento.

Parágrafo único. Aplica-se o controle referido neste artigo aos dados obtidos na forma do *caput* que possam comprometer a privacidade das pessoas naturais e pessoas jurídicas, de direito público ou privado.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa expandir a proteção oferecida pelo controle efetuado pelo Ministério da Defesa ao armazenamento de dados espaciais sobre infraestruturas críticas e áreas sensíveis para a segurança nacional com emprego de infraestruturas espaciais no território nacional.

Expandir o controle para incluir o armazenamento de dados garante que todas as etapas do ciclo de vida dos dados (recepção, armazenamento e distribuição) sejam supervisionadas de maneira rigorosa. Isso evita que informações sensíveis sobre infraestruturas críticas e áreas sensíveis sejam comprometidas, reforçando a segurança nacional.

Além disso, a emenda propõe que o mesmo cuidado e rigor do controle sejam aplicados aos dados obtidos com o emprego de infraestruturas espaciais no



território nacional que possam comprometer a privacidade das pessoas naturais e pessoas jurídicas, de direito público ou privado. Esta medida é essencial para proteger tanto os indivíduos quanto as entidades contra possíveis abusos ou vazamentos de informações sensíveis.

Essa proteção é crucial para garantir a confiança do público e das instituições no uso de infraestruturas espaciais para a coleta de dados. Sem um controle adequado, há o risco de que dados pessoais e empresariais sejam expostos indevidamente, resultando em danos significativos.

Ao ampliar a abrangência do controle, a emenda equilibra as necessidades de segurança nacional com a proteção da privacidade. O Ministério da Defesa estará bem equipado para monitorar e regulamentar o uso de dados espaciais de maneira que atenda a ambos os objetivos.

Ante o exposto, demonstrando o compromisso deste Congresso Nacional com a privacidade dos residentes em território nacional, espero contar com o apoio dos Pares para aprovação desta emenda.

Sala das sessões, 9 de julho de 2024.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)

